

Reunião com ministro da Administração Interna



Não confundir apoios sociais com aumentos salariais

A Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (ASPP/PSP) reuniu com o ministro da Administração Interna, ontem (18 de julho), por agendamento do próprio.

Relembra-se que a ASPP/PSP, em junho, e após a primeira reunião de apresentação de cumprimentos, solicitou também o agendamento de uma reunião para discussão de assuntos de interesse para os profissionais.

O ministro da Administração Interna:

✓ Iniciou a reunião anunciando a nova Lei de Programação das Infraestruturas e Equipamentos, indicando uma verba de 600 milhões, salientou um conjunto de construções e recuperação de equipamentos, por via inclusive de protocolos com os municípios, para melhoria na capacidade de resposta habitacional/social aos polícias, indicou que a Lei de Saúde e Segurança no Trabalho irá entrar em vigor, em breve.

✓ Deu conta do processo de reestruturação do SEF, o qual passará na criação de uma Unidade Orgânica na dependência do DNPSP. Mostrou abertura e disponibilidade para a resolução de algumas questões.

...

A Associação Sindical dos Profissionais da Polícia:

✓ Relativamente ao anúncio da Lei de Programação das Infraestruturas e Equipamentos, invocamos que aos anúncios deve corresponder uma efetivação das medidas, por via da sua execução, relembrando ao MAI que, na Lei anterior (2017/2021) a média da taxa de execução rondou os 50%.

Ainda neste tema, a **ASPP/PSP** questionou quais as prioridades, ou seja, qual a verba consagrada para viaturas, qual a verba para estruturas, qual a verba para equipamentos, e quem determina e avalia essas necessidades.

✓ Relativamente à Lei de Saúde e Segurança no Trabalho, a **ASPP/PSP** questionou a razão pela qual o diploma não teria entrado em vigor a 01 janeiro de 2022, após os contributos dados pela **ASPP/PSP** no processo negocial.

✓ Relativamente ao dossier (SEF), a **ASPP/PSP** identificou duas realidades distintas, mas interligadas, por um lado, o protocolo de cooperação que vigora entre a PSP e o SEF até Outubro de 2022, e por outro lado, a integração dos profissionais do SEF na PSP, por altura da sua extinção.

A **ASPP/PSP** salientou no primeiro caso, a turbulência criada e a secundarização pelos direitos dos policias da PSP e a situação ainda mais difícil, com que ficaram as esquadras aeroportuárias, ao nível do efetivo, após a cedência de profissionais ao SEF. Relativamente ao processo de reestruturação do SEF e impactos futuros na PSP, apesar das explicações do MAI em termos orgânico e funcional, não foi referida uma única alteração que se perspetive nos profissionais da PSP ao nível estatutário, remuneratório, algo com que a **ASPP/PSP** discorda.

Seria esta uma boa altura para se repensar a realidade aeroportuária (procedemos à entrega novamente de propostas sobre essa matéria), com a especialização nessa matéria, sua elevação orgânica e criação de suplemento especial de serviço e, em traços gerais, alterar a realidade da PSP a nível remuneratório.

A **ASPP/PSP** salientou ainda a necessidade de alteração á Lei Orgânica na PSP.

Foi também solicitado ao MAI para a necessidade de resolução dos seguintes problemas;

✓ Processo dos índices remuneratórios de profissionais ultrapassados em 2010, por elementos mais modernos aquando da sua promoção a agente principal;

✓ Emissão de Despacho Interministerial para a permissão de saída dos profissionais para a pré-aposentação, referente ao ano de 2022;

✓ Situação dos profissionais da PSP em comissão de serviço nas Polícias Municipais de Lisboa e Porto, relativamente à liberdade sindical;

✓ Situação de algumas instalações e meios, como por exemplo, na Divisão Aeroportuária de Lisboa (parques, instalações).

Por fim, a **ASPP/PSP**, na senda da campanha que se encontra a realizar (Concentrações nos Aeroportos - "Polícia Low Cost") informou o MAI da pretensão de abertura de um processo negocial, para alteração de índices remuneratórios na PSP, para responder à fraca atratividade da Instituição e aumentar os candidatos à PSP, e conseqüentemente a rejuvenescer. Sendo este o passo também para a libertação dos profissionais para a pré-aposentação e para a dignificação das carreiras.

A **ASPP/PSP** tem já a sua proposta elaborada, relativamente à alteração dos índices remuneratórios e de suplementos, em fase de serem entregues e discutidas.

A **ASPP/PSP** neste enquadramento deu nota ao MAI de três problemas graves que assolam a PSP, pouca vontade dos jovens em ingressar na PSP, desejo de alguns polícias na busca de outros projetos de vida e barramento constante na saída para a pré-aposentação. Este quadro é negativo e irá agudizar a realidade, algo que tentaremos combater com a nossa intervenção.

Apenas com a dignificação dos salários, se pode ultrapassar estes constrangimentos, tendo sido apelado ao MAI, para que não se confunda apoios habitacionais ou sociais (importantes), com aumentos salariais.

[#ParaNossaDefesa](#)

ASPP/PSP